

# Escassez de água, controle populacional e retórica da privatização

João Felipe Salomão

Mestre em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

## Resumo

Procuramos elaborar neste artigo um entendimento de que a retórica privatizadora, ao contrário de uma solução viável, envolve uma perspectiva de controle político de populações relacionada à preservação dos recursos hídricos do planeta, sobretudo se levarmos em consideração que apenas uma pequena fração da água é consumida domesticamente. Neste sentido, buscamos demonstrar que a escassez da água está fortemente relacionada ao modelo de produção e consumo, e a perspectiva de privatização dos recursos hídricos poderá desencadear o aprofundamento de desigualdades sociais e políticas.

**Palavras-chave:** meio ambiente, privatização, controle populacional.

A 4 de fevereiro de 2013, o periódico britânico *The Guardian* publicava em seu sítio eletrônico matéria reproduzindo opiniões de um importante executivo europeu acerca do problema da falta de água<sup>1</sup>. Eis um trecho da intervenção de Peter Brabeck, presidente da Nestlé, no Fórum Econômico Mundial, anualmente realizado na cidade suíça de Davos:

Falamos sobre o esgotamento do petróleo; bem, acontece que temos 120 anos de reservas de petróleo comprovadas, 240 anos de reservas de gás comprovadas, 550 anos de reservas de carvão comprovadas, milhares de anos de reservas de urânio, e estamos ficando sem água hoje.

A escassez da água é agravada pela demanda cada vez maior por alimentos e energia. O CEO afirma que a produção de petróleo não convencional – (não tão) alternativa ao esgotamento das jazidas de petróleo convencional – consome 600 vezes mais água do que o óleo tradicional. A agricultura, especialmente sob os efeitos das secas ocasionadas com as transformações climáticas, emprega cada vez mais água na irrigação.

A água é um bem escasso, e um elemento central para a articulação de outras demandas sociais cruciais, como alimento e energia. Nestas questões é preciso ser “menos passional e mais analítico”, recomenda o executivo da Nestlé. A reportagem prossegue com

---

<sup>1</sup> “Nestlé’s Peter Brabeck: our attitude towards water needs to change”. Disponível em <http://www.guardian.co.uk/sustainable-business/nestle-peter-brabeck-attitude-water-change-stewardship>. Os trechos são de livre tradução minha.

seu raciocínio. A água é um direito humano, e os governos deveriam garantir o consumo diário mínimo a todos os cidadãos, que segundo o CEO, não excede 5 litros diários para hidratação e outros 25 para higiene pessoal. Estes valores, contudo, correspondem a 1,5% do total da água disponível para o consumo humano. Todo o resto que exceda esta quantidade não deve ser considerado um direito, sob pena de desperdiçarmos este recurso precioso.

Minha questão é que 98,5% da água que estamos usando, que é para todo o resto [além do consumo individual diário], não é um direito humano e porque o tratamos como tal a estamos usando de maneira irresponsável, embora seja o recurso mais precioso que temos. E nós sabemos muito bem que é próprio do comportamento humano usar de modo irresponsável aquilo que não tem valor.

Será preciso dotar a água de valor – monetário, comercial – para sermos sustentáveis. Incorporando a personagem mais bem acabada do empresário schumpeteriano, Peter Brabeck conclama governos, organizações da sociedade civil e sobretudo as empresas para assumirem a responsabilidade de transformar a atitude global em relação a água. As corporações devem tornar o problema da água parte fundamental das suas estratégias comerciais, contribuindo para tornar mais eficiente a gestão dos recursos hídricos ao pressionar a mudança de atitude de governos e estimular as práticas mais eficazes através da concorrência empresarial.

O usufruto da água como um direito humano, nessa perspectiva, deve estar subordinado a sua exploração comercial, única forma capaz de lidar eficazmente com o problema da escassez. O acesso das pessoas à água deve ser mediado pelas empresas, que ao dotar o bem um *preço*, impõe seu uso racional por parte dos indivíduos, que deixados livres a consumiriam de modo inconsequente.

A solução proposta por Peter Brabeck de regulamentar comercialmente o acesso a água, e conseqüentemente institucionalizar formas de apropriação privada desse bem, atualiza o argumento consagrado na tradição econômica conhecido como “tragédia dos comuns”. Entende-se com isso que “o uso irrestrito de um recurso finito (como o ar limpo) pode levar à sua degradação por conta de uma superexploração ou manejo inadequado” (Alves, 2013, p.71). Dada a escassez de um determinado bem, como a água, é preciso restringir seu acesso de modo a inibir seu consumo predatório, donde a necessidade de se estabelecer direitos de propriedade.

Fundamental para essa tese é a noção econômica de que o comportamento humano é orientado e explicado pela relação custo/benefício para o indivíduo. O ser humano

sempre tenderá a extrair o máximo de utilidade para si com o menor gasto possível. Sob essa lógica, um bem disponibilizado indiscriminadamente e a baixo custo tenderá a ser consumido irresponsavelmente. Portanto, além de restringir seu acesso é necessário atribuir-lhe um custo, um preço, para que o indivíduo se sinta constrangido a utilizá-lo com parcimônia.

Desse modo, a privatização da água cumpre, na perspectiva delineada por Peter Brabeck, a dupla função de restringir seu uso e fazer com que cada indivíduo participe, compulsoriamente, da sua preservação, dado que o uso desenfreado gera ônus para quem a consumir.

Seguindo a reportagem do *The Guardian*, pensa-se o problema da escassez da água como questão ambiental que envolve controle populacional. O crescimento demográfico acelera a falta de água; a população mundial, com o tamanho que está e o que se espera chegar nos próximos anos, impõe o tratamento da água como questão comercial. Retomemos o relato do executivo da Nestlé:

Quando nasci, havia 2,7 bilhões de pessoas e não estávamos usando nem mesmo 40% da água renovável; mas para sete bilhões de pessoas já estamos utilizando além da conta, e se formos chegar a 10 bilhões de pessoas temos que mudar nossa relação com este recurso.

Além de se adequar perfeitamente às operações lucrativas da Nestlé (maior produtora de água engarrafada do mundo, cuja produção respondeu por 8% do total de suas vendas em 2011, e cuja atividade tem gerado processos e protestos em diversas partes do globo<sup>2</sup>), a solução proposta por seu presidente tem implicações políticas importantes o suficiente para desconfiarmos da sua aparência natural e “analítica”, para usar as palavras do próprio Brabeck. Gostaríamos de construir um entendimento de que a proposta de privatização da água envolve uma perspectiva de controle político de populações relacionada a preservação dos recursos hídricos do planeta.

A estratégia de individualizar os membros de uma população como forma de controle não é original. Está na base mesmo da construção da civilização contemporânea. Michel Foucault, em sua obra *Microfísica do poder*, delineia a tese de que o *indivíduo* não é uma condição transcendente, anterior à própria inserção social do homem. Antes, o *indivíduo* é uma forma de se projetar a existência humana que mantém íntima relação com formas de

---

<sup>2</sup> Inclusive no Brasil, onde a exploração das fontes de água mineral em São Lourenço-MG, adquiridas pela Nestlé, é alvo de uma série de denúncias. Conferir <http://www.acquasul.com/jornal.htm>

controle social. Em outras palavras, o *indivíduo* é um produto social, não um dado da natureza; é o resultado de técnicas de poder que se aplicam sobre os corpos e mentes.

A individualização, como técnica de poder e de conhecimento, surge, segundo o filósofo francês, no período mercantilista, como uma das dimensões da “questão populacional” que se colocou aos Estados europeus nos séculos XVII e XVIII (é nesse período que se iniciam os cálculos de natalidade e mortalidade; Foucault, s/d, p.49). O posicionamento da população como objeto de intervenção política emerge quando a sombra nebulosa das massas urbanas se projeta sobre o Estado e a burguesia em formação na transição do Antigo Regime na Europa. Nesse contexto, o isolamento e segmentação da população em *indivíduos* obedecem a imperativos políticos, econômicos, bélicos e sanitários, captando as massas como vetores de doenças, força de trabalho, mercado consumidor, “carne de canhão” e potência rebelde capaz de desestabilizar a ordem social.

No contexto das sociedades contemporâneas, a individualização promovida pela privatização implica em mercantilizar cada vez mais elementos da vida cotidiana, reduzir a autonomia política/econômica/cultural de populações e aprofundar sua sujeição a uma determinada forma de vida e regime produtivo (Grzybowski, 2011). Ainda com o auxílio do pensamento de Michel Foucault, gostaríamos de desenvolver a percepção de que a questão da escassez da água – assim como qualquer questão relacionada ao meio ambiente – pode operar como um dispositivo<sup>3</sup> que ative e articule formas de dominação social que enfraqueçam processos de autonomia política e econômica de conjuntos populacionais.

Assim, um primeiro efeito discursivo da proposta de privatização é invisibilizar todo um conjunto de práticas que constituem o grosso do elevado consumo dos recursos hídricos. Enfatizar a privatização como forma de constranger as pessoas a preservação da água através das suas restrições orçamentárias reverbera toda uma tendência de responsabilização do consumo individual como principal foco de atenção de discursos e práticas ambientalistas. Esse movimento desloca a problematização do sistema produtivo, deixando em segundo plano o fato de que o consumo direto de água (todas as formas de uso doméstico, de higiene e hidratação pessoais) responde por uma participação muito menor do que o consumo indireto do recurso para a produção de bens e de energia (WWF, 2012). No Brasil, por exemplo, estima-se que apenas 10% do total de gasto de água do país corresponda ao consumo doméstico.

---

<sup>3</sup> Sobre o conceito de dispositivo, conferir Foucault, s/d, pp.138-139.

A maior parte da água destina-se a produção de bens, e dentro dessa esfera, a maior quantidade do recurso se destina ao cultivo de alimentos para consumo humano e para a alimentação de animais de corte. Outro setor produtivo que utiliza quantidades expressivas de água é o de geração de energia elétrica, sobretudo a instalação e operação de hidroelétricas. No Brasil 70% da água é dirigida para a irrigação na agricultura e produção de alimentos. Um dos setores que mais demandam recursos hídricos é o da pecuária: estima-se que para cada 250 gramas de carne sejam necessários 3.850 litros de água. Outra importante fonte de consumo de água é a da produção de biocombustíveis. O cultivo da cana-de-açúcar carece de irrigação constante, e para cada litro de biodiesel são precisos 2.107 litros de água. Em relação a geração de energia, 90% da energia consumida no Brasil provém de hidroelétricas<sup>4</sup>.

Fica claro, portanto, que a questão da água não pode ser considerada apenas central, quando comparada a da produção de alimentos e de energia, como dispõe Peter Brabeck. Ela está interrelacionada com o modelo produtivo e o padrão de consumo. Sem alterar qualitativamente as esferas da produção e do consumo de bens não se pode enfrentar o desafio da escassez de água.

O conceito de *pegada hídrica* permite estimar o quanto de água doce se perde no consumo e poluição necessários para a produção de um bem, e fornece uma medida de quanto do recurso é necessário para sustentar o padrão de consumo de um indivíduo ou país<sup>5</sup> (WWF, 2012). Assim, o país com o padrão de consumo mais elevado, os Estados Unidos, apresenta a maior pegada hídrica: estima-se que cada norte-americano consuma cerca de 7,8 mil litros de água por dia. Já em um país economicamente pobre, como Uganda, onde a pobreza implica o baixo consumo de bens, um indivíduo médio consome aproximadamente 2,8 mil litros de água por dia. A pegada hídrica do habitante do Brasil é de cerca de 5,6 mil litros de água por dia.

A mercantilização da água tem grandes implicações políticas e econômicas, para as quais diversos efeitos perversos podem ser esperados. A privatização de mananciais e fontes altera a forma como a população lida com a água num dado território. A água e suas

---

<sup>4</sup> Estas e outras informações estão disponíveis em um interessante infográfico construído pelo site UOL para o Dia Mundial da Água em 2013, que compilou dados divulgados pela WWF Brasil, Water Footprint Network, Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Sabesp, entre outros órgãos. O infográfico está disponível em <http://noticias.uol.com.br/infograficos/2013/dia-agua/>

<sup>5</sup> A pegada hídrica “representa o volume de água doce utilizado direta ou indiretamente para produzir bens e serviços”, e é expressa em metros cúbicos por ano (m<sup>3</sup>/a). A pegada hídrica é composta por três indicadores que mensuram a água de chuva que se evapora na produção de bens, a água doce extraída da superfície ou de reservatórios subterrâneos, e a água necessária para diluir poluentes emitidos no processo produtivo (WWF, 2012).

fontes muitas vezes ocupam papel central na dinâmica cultural e na identidade de uma população. Para este problema, basta remetermos novamente aos conflitos gerados pela aquisição, por parte da Nestlé, das fontes de água mineral em São Lourenço-MG, conhecida pelo afluxo de turistas que procuram suas águas pelas declaradas propriedades medicinais. A privatização dos recursos hídricos, além de afetar diretamente o modo de vida da população, contribui para a redução do poder público do Estado, que se queda, em mais uma dimensão, enfraquecido pela atuação de corporações multinacionais.

A distribuição da água obedecendo a seleção de mercado impõe o risco de aprofundar as desigualdades no acesso a esse bem. O exemplo mais forte de problemas que podem decorrer da privatização é o episódio que ficou conhecido como *Guerra da Água de Cochabamba*, ocorrido em 2000 na Bolívia. À época, o sistema de abastecimento de água da região de Cochabamba fora privatizado, desestabilizando sistemas comunitários de distribuição de água vigentes desde o período inca. O aumento de 100% no valor das tarifas, e a arbitrária medida de impedir a população de coletar livremente as águas pluviais, foram o estopim para revoltas populares que acabaram por expulsar a empresa multinacional das terras bolivianas<sup>6</sup>.

Episódios como esses servem para alertar que o problema da água não pode ser enfrentado sem um questionamento mais profundo da forma de organização do sistema econômico e das formas de vida social prevalentes. Com este trabalho, gostaríamos, sobretudo, de sublinhar o risco sempre latente na condução do campo de discussões e políticas da agenda ambiental de reiterar a própria lógica social e econômica que produz o déficit ambiental e a injustiça social. É preciso atentar para o fato de que a questão do meio ambiente não pode estar desvinculada dos anseios por transformações sociais e superação das desigualdades, sob pena de atualizar racismos de classe e formas de dominação injustas e insustentáveis.

## Referências

ALVES, José Eustáquio Diniz. População e desenvolvimento: antropocentrismo versus ecocentrismo. Material de aula da disciplina de *Estudos Populacionais* do Programa de Pós-Graduação em Estudos Populacionais e Pesquisa Social, ENCE, abril de 2013.

---

<sup>6</sup> Para mais detalhes do episódio, conferir <http://www.ecodebate.com.br/2010/03/01/cochabamba-guerra-da-agua-completa-10-anos/>

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Versão eletrônica disponível em <http://www.sabotagem.cjb.net>

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos da biocivilização*. Documento de trabalho para o Ateliê Internacional *Biocivilização para a Sustentabilidade da vida e do planeta*, agosto de 2011

WWF. *Planeta Vivo Informe 2012: biodiversidad, biocapacidad y propuestas de futuro*. 2012

## **Water scarcity, population control, and privatization rhetoric**

### **Abstract**

Our aim is to develop an understanding that the rhetoric of privatization, instead of a viable solution, involves a perspective of political control of population related to the preservation of water resources. In order to do so, we seek to show how water shortage is strongly related to the present production and consumption models and to demonstrate how the privatization of water resources could trigger the deepening of social and political inequalities.

**Keywords:** environment, privatization, population control.